

- ATA DA REUNIÃO DE 30 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 03/2019)

Aos trinta dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezanove, nesta vila de Figueiró dos Vinhos, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal sob a Presidência da Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal Dr.ª Marta Inês Dinis Brás Cardoso Fernandes; estando presentes os Senhores Vereadores Eng.º Luís Filipe Antunes da Silva; José Adelino da Silva Sardinha; Dr. Carlos Alberto David dos Santos Lopes e Eng.º Manuel da Conceição Paiva. _____

Hora de Abertura: dezassete horas e trinta minutos. _____

Verificando-se quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, estando presente o Senhor Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira, Dr. Vítor Alexandre Pimentel Duarte, procedendo-se de seguida à discussão e análise dos assuntos incluídos na Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as deliberações que se seguem, após dar cumprimento ao período de antes da Ordem do Dia. _____

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

A Sr.ª Vice-Presidente da Câmara Municipal Dr.ª Marta Brás, cumprimentou todos os presentes, dando conhecimento aos Senhores Vereadores do pedido de substituição para a presente reunião, do Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, estando em sua representação o Sr. José Adelino da Silva Sardinha, tendo o pedido sido aceite. _____

O Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes, saudou a Sr.ª Vice-Presidente Dr.ª Marta Brás por estar a presidir aquela Reunião de Câmara. _____

A Sr.ª Vice-Presidente Dr.ª Marta Brás, referiu contar com a colaboração dos Srs. Vereadores para que tudo corra bem. _____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, cumprimentou a Sr.ª Vice-Presidente, colegas da Vereação, Sr. José Prior Sr. Chefe de Gabinete e Sr.ª Secretária, tendo de seguida apresentado um documento relativo ao Recrutamento de Trabalhadores Precários, que leu e se transcreve na íntegra: _____

“Recrutamento de Trabalhadores Precários

O Programa de Governo do XXI Governo Constitucional prevê a limitação do uso pelo Estado de trabalho precário, estabelecendo uma política clara de eliminação progressiva do recurso a trabalho precário e a programas de tipo ocupacional no setor público como forma de colmatar necessidades de longa duração para o

- ATA DA REUNIÃO DE 30 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 03/2019)

funcionamento dos diferentes serviços públicos. _____

Para cumprir essa meta, a Lei do Orçamento do Estado para 2017, no artigo 25º, determinou a criação de um programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública e no Setor Empresarial do Estado - PREVPAP. _____

O PSD desde o início se bateu pela integração dos trabalhadores precários da autarquia. Em 11 de Abril de 2018 a Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos deu um passo importante no combate à precariedade na administração pública com a aprovação das Propostas de Deliberação 34/2018 e 37/2018 num assunto que tardava e que estava a adiar a vida dos trabalhadores com vínculos precários que aguardavam, com toda a justiça, a regularização da sua situação. _____

Ao congratularmo-nos com os resultados obtidos não podemos deixar de trazer a este órgão executivo e em face de notícias preocupantes na comunicação social, jornal e televisão, algumas perguntas que consideramos pertinentes. _____

O Jornal de Notícias nas edições de 10 e de 11 de janeiro de 2019 noticiaram algumas alegadas irregularidades com a integração de trabalhadores precários nas autarquias de Pedrogão Grande e Pampilhosa da Serra. Notícias que tinham como denominador comum a Pinhais do Zêzere – Associação para o Desenvolvimento e os trabalhadores que através dela prestavam serviço em cada uma das autarquias. _____

A edição de 10 de janeiro de 2019 refere mesmo que o JN tentou contactar o presidente do município de Figueiró dos Vinhos, que também integra a Pinhais do Zêzere, para saber se usou a mesma solução, mas não conseguiu. _____

A TVI fez uma reportagem sobre o assunto e há até um entrevistado com contrato na Pinhais do Zêzere e precário integrado em Pedrogão Grande que confrontado com a sua situação refere entre outros concelhos o de Figueiró dos Vinhos em que as coisas e cito” *funcionam exatamente da mesma maneira*”. _____

<https://tvi24.iol.pt/sociedade/ana-leal/pedrogao-grande-vice-presidente-coloca-filha-irmao-e-cunhada-na-camara> _____

Vemos, ouvimos e lemos. Não podemos ignorar. _____

Face ao noticiado há uma pergunta que não pode deixar de ser feita: _____

A Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos usou ou não a mesma solução de Pedrogão Grande para a seleção e regularização dos trabalhadores precários do Município? _____

Como se não bastasse o mesmo jornal na edição de 11 de janeiro de 2019 publica, sobre o mesmo assunto, várias afirmações de um Professor de Direito da Universidade do Porto, João Pacheco Amorim, em que este vai mais longe e coloca em causa o recrutamento de trabalhadores através da Pinhais do Zêzere por parte dos municípios chamando-lhes mesmo e cito “uma fraude” e “um esquema destinado a contornar a lei”. ____

Desde que iniciámos o mandato em 2017 e quando confrontados com deliberações para pagamentos à Pinhais

- ATA DA REUNIÃO DE 30 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 03/2019)

do Zêzere – Associação para o Desenvolvimento que temos votado contra e justificado em ata o motivo de tal voto. Se dúvidas tínhamos para justificar a nossa votação mais dúvidas se lhe juntam agora com as afirmações deste especialista em Direito. _____

Impõe-se assim, perante os factos que são públicos perguntar: _____

1. O que tem a dizer o Sr. Presidente da Câmara relativamente ao nosso Município e à sua relação com a Associação Pinhais o Zêzere? _____

2. Pode o Sr. Presidente garantir que o recrutamento de trabalhadores, através da Associação Pinhais do Zêzere, a transferência de verbas para a mesma Associação e os diversos pagamentos que são efetuados de forma continuada e regular cumprem a legislação em vigor? _____

3. Pode o Sr. Presidente assegurar que em Figueiró dos Vinhos não há falsos precários e que todo o processo de identificação, seleção e integração dos trabalhadores precários do município foi absolutamente legal e está livre das alegadas irregularidades imputadas a Pedrógão Grande e à Pampilhosa da Serra, vindas agora a publico no Jornal de Notícias e numa reportagem da TVI em que é, igualmente referido o nome do Município de Figueiró dos Vinhos? _____

4. O que tem a dizer o Sr. Presidente da Câmara relativamente ao Município de Figueiró dos Vinhos e à relação que mantém com a Pinhais do Zêzere – Associação para o Desenvolvimento à luz do entendimento expresso de forma inequívoca pelo Professor de Direito João Pacheco Amorim? _____

Figueiró dos Vinhos, 30 de janeiro de 2019 _____

O Vereador

Luís Filipe Silva”

Prosseguiu a sua intervenção, apresentando um Voto de Congratulação pela atribuição a Portugal da organização das próximas Jornadas Mundiais da Juventude. _____

“Jornadas Mundiais da Juventude

Voto de Congratulação

As Jornadas Mundiais da Juventude nasceram por iniciativa de São João Paulo II, que as imaginou aquando da missa no Parque Eduardo VII, em Lisboa, em 1982, e as lançou após o sucesso do encontro promovido em 1985, em Roma, no Ano Internacional da Juventude. _____

Este domingo foi confirmado, no Panamá, que caberá a Lisboa acolher em 2022 as Jornadas Mundiais da Juventude que constituem o maior evento de juventude que há no mundo. _____

Lisboa acolherá assim, este evento religioso e cultural que reúne jovens de todo o mundo durante uma semana.

- ATA DA REUNIÃO DE 30 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 03/2019)

Será um grande acontecimento para o nosso país, para os jovens portugueses e figueiroenses que certamente não deixarão de nelas participar. _____

Trata-se de uma "vitória de Portugal", da "língua portuguesa e da lusofonia" e é "uma vitória também do episcopado" que "tanto lutou por isto", afirmou, na ocasião, o Senhor Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa. _____

Pese embora o Estado Português ser um Estado laico, não podemos ignorar a forte vertente religiosa assumida pela igreja católica no nosso país, pelo que o PSD saúda e congratula-se com o anúncio oficial, feito por Sua Santidade o Papa Francisco da atribuição a Portugal da organização das próximas Jornadas Mundiais da Juventude. _____

Figueiró dos Vinhos, 30 de Janeiro de 2019 _____

O Vereador

Luís Filipe Silva”

Finalizou, reiterando **o pedido formal para que seja integralmente satisfeito e sem mais demoras o requerimento apresentado na reunião de câmara de 26/09/2018**, deixando um documento que se transcreve na íntegra:

“Atraso nos requerimentos

Lembramos que ainda não foi satisfeito, nos termos da lei, o requerimento apresentado na reunião de câmara de 26 setembro de 2018. _____

Voltamos, nesta ocasião, a reiterar o pedido formal para que sejam integralmente satisfeitos e sem mais demoras todas as informações que solicitamos. _____

Figueiró dos Vinhos, 30 de Janeiro de 2019 _____

O Vereador

Luís Filipe Silva”

A Sr.ª Vice-Presidente Dr.ª Marta Brás, em relação ao Voto de Congratulação relativo à realização das próximas Jornadas Mundiais da Juventude em Portugal, referiu estar de acordo com o mesmo, será sem dúvida um evento que dará novamente grande visibilidade ao nosso país, sendo um motivo de muito orgulho termos sido escolhidos para o efeito. _____

À semelhança de outros grandes eventos mundiais realizados no nosso País, estaremos, com toda a certeza, à altura. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 30 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 03/2019)

Quanto ao documento apresentado pelo Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, em relação à **regularização dos precários**, disse que o mesmo está muito confuso, misturando assuntos completamente distintos, o que se percebe, uma vez que se trata de matérias das quais o Sr. Vereador não tem qualquer conhecimento, lamentando que se baseie nos que terceiros dizem o que vale o que vale. _____

Recordou ao Sr. Vereador, algumas intervenções suas em anteriores reuniões de Câmara fazendo pressão e criticando o facto do processo de integração dos precários estar, na sua ótica, a ser demorado, vindo posteriormente a pôr em causa o facto de alguns trabalhadores não terem sido integrados neste programa.

Na altura foi dito ao Sr. Vereador, que a legislação em causa estava a ser analisada cautelosamente, e a sua aplicabilidade tinha que ser avaliada caso a caso, a Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos fez o seu trabalho, com o tempo e a cautela que se impôs numa matéria tão delicada e que mexe com a vida das pessoas. Concluiu-se que alguns dos trabalhadores não reuniam as condições que estavam previstas na Lei. O facto de existirem trabalhadores há alguns anos ao serviço, não os torna, só por si, precários, a Câmara teria que reconhecer esses postos de trabalho como satisfação de necessidades permanentes dos serviços, o que por vezes não é, tratando-se de questões sociais a que a Câmara Municipal, dentro das suas competências e no âmbito da ação social e de inclusão, vai apoiando. _____

Adiantou ao Sr. Vereador que estão muito bem sustentados, tanto pelas informações técnicas como todo o suporte de outras entidades no esclarecimento de dúvidas, mais em concreto alguns casos concretos que foram apresentados à DGAL, e que a mesma atempadamente respondeu, não tendo qualquer motivo para estarem preocupados, houve uma margem de segurança, todas as questões foram vistas com rigor, foram bem criteriosos. _____

Quanto aos trabalhadores que exerciam funções através da Pinhais do Zêzere, não são esses que estão em causa, foram analisados e integrados os trabalhadores que tinham vínculo precário ao Município de Figueiró dos Vinhos no período claramente definido no PREVPAP e cumpriam as restantes condições aí determinadas.

Relativamente à **falta de resposta ao requerimento especificamente apresentado pelo Sr. Vereador**, não tem essa confirmação, no entanto irá verificar se foi dada resposta em altura devida, referindo que poderá ter-se dado o caso de a resposta já ter sido dada, mas não ter ido ao encontro do esperado pelo Sr. Vereador.

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, ao apresentar o documento, o mesmo é com o propósito de ser esclarecido nas dúvidas que tem e que vêm a público, deixando-o satisfeito com a resposta e o esclarecimento que foi dado pela Sr.ª Vice-Presidente, não pondo em causa a idoneidade dos trabalhadores do Município, ficando muito mais à vontade para contradizer lá fora que as coisas afinal não são assim. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 30 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 03/2019)

2. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Dispensando-se a leitura das atas, dado que o respetivo texto foi previamente enviado aos Senhores Vereadores, as atas n.º 01/2019 de 09/01/2019 e 02/2019 de 18/01/2019, foram aprovadas por unanimidade e consideradas conforme com a Minuta previamente elaborada no final da dita reunião. _____

3. BALANCETE, PAGAMENTOS E OUTROS:

OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS

O Senhor Presidente informou a Câmara Municipal de todos os pagamentos efetuados e autorizados no período compreendido entre o dia nove de janeiro de dois mil e dezanove e o dia vinte e nove de janeiro de dois mil e dezanove, respeitantes a despesas orçamentais na importância global de 442,108,08 € (quatrocentos e quarenta e dois mil cento e oito euros e oito centímetros). _____

Informou ainda das Ordens de Pagamento de Operações de Orçamentais emitidas no mesmo período, registadas sob os números 1/2019 (um barra dois mil e dezanove) a 229/2019 (duzentos e vinte e nove barra dois mil e dezanove), respeitantes a despesas de operações de Orçamentais, na importância de 523.735,58€ (quinhentos e vinte e três mil setecentos e trinta e cinco euros e cinquenta e oito centímetros). _____

OPERAÇÕES TESOURARIA

O Senhor Presidente informou a Câmara Municipal de todos os pagamentos efetuados e autorizados no período compreendido entre dia nove de janeiro de dois mil e dezanove e o dia vinte e nove de janeiro de dois mil e dezanove, respeitantes a despesas de operações de tesouraria na importância global de 42.626,47€ (quarenta e dois mil seiscentos e vinte e seis euros e quarenta e sete centímetros). Informou ainda das Ordens de Pagamento de Operações de Tesouraria emitidas no mesmo período, registadas sob o número 26/2019 (vinte e seis barra dois mil e dezanove), a 29/2019 (vinte e nove barra dois mil e dezanove) respeitantes a despesas de operações de tesouraria, na importância 5.986,41 € (cinco mil novecentos e oitenta e seis euros e quarenta e um centímetros). _____

O Senhor Presidente, deu conhecimento dos saldos constantes do resumo diário de tesouraria relativos ao dia vinte e nove de janeiro de dois mil e dezanove, conforme mapa anexo, os quais representam, em operações orçamentais 130.947,03 € (cento e trinta mil novecentos e quarenta e sete euros e três centímetros) e em operações não orçamentais (tesouraria) 54.562,35 € (cinquenta e quatro mil quinhentos e sessenta e dois euros e trinta e cinco centímetros). _____

- ATA DA REUNIÃO DE 30 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 03/2019)

OUTROS

O Senhor Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos seguintes documentos: _____

Relação dos despachos referentes aos autos de medição e faturas de empreitadas e fornecimentos de bens e serviços no período entre 04.01.2019 a 25.01.2019. _____

Relação dos despachos de processos de aquisição de serviços e fornecimento de bens e empreitadas no período entre 01.01.2019 a 24.01.2019. _____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, tomou conhecimento dos pagamentos efetuados no pressuposto de que foram feitos à luz da legislação vigente e obedecendo a critérios de rigor e boa gestão. _____

O Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes, tomou conhecimento dos pagamentos efetuados no pressuposto de que foram feitos à luz da legislação vigente e obedecendo a critérios de rigor e boa gestão. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 30 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 03/2019)

4. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

4.1 RATIFICAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DO N.º 3 DO ARTIGO 35.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO:

Despachos proferidos pelo Sr. Vereador Manuel Paiva, datados de 03, 07, 15, 23 e 25 de janeiro de 2019:

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar os Despachos do Sr. Vereador, relativos à cedência de viatura à Associação Desportiva de Figueiró dos Vinhos, correspondendo o apoio no valor total de 815,54€ (oitocentos e quinze euros e cinquenta e quatro cêntimos); A.R.C.A – Associação Recreativa Cultural Areguense. _____

4.2 ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS E G-SMART – INSTITUTO DE LÍNGUAS E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, LDA.:

Sobre este assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 15/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu, tendo a Câmara Municipal deliberado por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, aprovando a minuta do Acordo de Cooperação, celebrado entre o Município de Figueiró dos Vinhos e G-Smart – Instituto de Línguas e Formação Profissional, Lda.. _____

Mais deliberou dar plenos poderes ao Sr. Presidente Jorge Abreu, para outorgar no referido Acordo de Colaboração, o qual fica arquivado por fotocópia aos documentos anexos da presente ata. _____

Proposta de Deliberação n.º 15/2019:

“Considerando que o Município de Figueiró dos Vinhos é uma autarquia e que no âmbito das suas atribuições e competências promove e apoia atividades de natureza social e educativa, assim como o desenvolvimento de atividades relacionadas com a atividade económica de interesse municipal e que se encontra obrigada, por força de legislação sobre a matéria, a disponibilizar formação aos seus trabalhadores; _____

Considerando que G-Smart - Instituto de Línguas e Formação Profissional, Lda., com sede em Figueiró dos Vinhos, representado pelo seu Coordenador Pedagógico, Paulo Jorge Nunes Ferreira, na qualidade de intermediário de diversas entidades formadoras suas parceiras, se propõe promover formação financiada que abrange público alvo de diversos níveis de escolaridade da área comercial, industrial e dos serviços públicos;

E que a referida formação confere o direito a auferir o valor do subsídio de refeição por cada dia de frequência, quando realizada fora do horário laboral, constituindo um acréscimo remuneratório para os formandos, assumindo esta vertente financeira uma mais valia de cariz social; _____

Considerando ainda que as áreas de formação a lecionar se enquadram no âmbito de candidaturas aprovadas especificamente para a região centro do País tendo em vista a qualificação dos munícipes e se propõe integrar

- ATA DA REUNIÃO DE 30 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 03/2019)

nos diversos módulos de formação trabalhadores da autarquia. _____

PROPONHO que a Câmara Municipal delibere: _____

Aprovar a minuta do Acordo de Cooperação, celebrado entre o Município de Figueiró dos Vinhos e G-Smart - Instituto de Línguas e Formação Profissional, Lda. nos termos do documento que se anexa, dando plenos poderes ao Presidente da Câmara Municipal para outorgar no referido Acordo de Colaboração”. _____

4.3 PRESCRIÇÃO DO DIREITO AO RECEBIMENTO DO PREÇO PELOS SERVIÇOS PRESTADOS RELATIVOS A TARIFAS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA, DE RECOLHA E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS, DE SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (ANO 2010) E DE RENDA DE OCUPAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL (2008 A 2010), COM PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL INSTAURADOS – RECEITA EM DÉBITO AO

TESOUREIRO: Sobre este assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 19/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu, tendo a Câmara Municipal deliberado por unanimidade aprovar favoravelmente e proceder em conformidade com a mesma, submetendo à Assembleia Municipal para declarar prescrição do direito ao recebimento do preço pelos serviços prestados, referentes a tarifas de fornecimento de água, de recolha e tratamento de águas residuais e de serviços de gestão de resíduos sólidos urbanos, com processos de execução fiscal instaurados em 2010, e referentes a rendas de ocupação do Mercado Municipal com processos de execução fiscal instaurados nos anos de 2008 a 2010, observados os termos descritos. _____

Proposta de Deliberação n.º 19/2019:

“Na sequência das decisões oportunamente tomadas e à semelhança do deliberado pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal, respetivamente, a 25 de novembro de 2015 e 11 de dezembro de 2015, a 26 de outubro de 2016 e 2 de dezembro de 2016 e a 31 de janeiro de 2018 e 21 de fevereiro de 2018, no que respeita ao desencadeamento do processo de prescrição do direito ao recebimento do preço pelos serviços prestados relativos a tarifas de fornecimento de água, de recolha e tratamento de águas residuais e de serviços de gestão de resíduos sólidos urbanos, com processos de execução fiscal instaurados, após realização da devida análise de facto dos mesmos processos de prestação de serviço público essencial e dos processos de execução fiscal instaurados e não concluídos desde há vários anos e ponderadas as questões de direito referentes à prescrição do direito ao recebimento do preço, no âmbito dos processos identificados em ambos os casos, considera-se que a solução propugnada é a adequada e necessária, possibilitando a extinção dos processos de cobrança e de execução fiscal instaurados em 2010, acrescidos dos processos entretanto identificados respeitantes a

- ATA DA REUNIÃO DE 30 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 03/2019)

execuções fiscais igualmente instauradas referentes a rendas de ocupação do Mercado Municipal nos anos de 2008 a 2010, cujas dívidas se encontram prescritas, atenta a informação jurídica n.º 758 de 16/11/2015, a informação da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira n.º 11UOAF19 e a informação do serviço de tesouraria n.º 01ST19 anexas. _____

As razões que fundamentam a proposta agora elaborada conforme expostas na presente informação e que merecem o integral acolhimento, demonstram que a impossibilidade de cobrança da dívida e a situação atual dos processos não radica em incúria ou falta de diligência na respetiva tramitação, mas na manifesta e reconhecida dificuldade objetiva e impossibilidade material de execução imediata de atos posteriores à citação, pelas razões explicitadas quanto ao prazo prescricional, adotada em reunião de coordenação jurídica das CCDRC, DGAL, CEFA e IGAT, de 05.07.2000, e oportunamente divulgada. _____

Considera-se assim, que a decisão a proferir pelos órgãos municipais competentes é lícita, encontra-se enquadrada e fundamentada de facto e de direito e respeita, nomeadamente e em especial, os princípios da legalidade, da segurança jurídica, da eficiência, da justiça material e da proteção da confiança, subjacentes ao exercício dos poderes tributários pela Administração Pública, determinando, ainda, a eliminação do valor global apurado de 5.101,95 euros, inscrito nos documentos contabilísticos, face à inexistência de expectativa de recebimento, confirmada pela prescrição das dívidas de abastecimento de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos urbanos, referentes a processos de execução fiscal instaurados no ano de 2010 e referentes a rendas de ocupação do Mercado Municipal nos anos de 2008 a 2010. _____

Nestes termos, atenta a informação do Gabinete Jurídico, do Serviço de Tesouraria e do Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira, _____

PROPONHO:

→ Que Câmara Municipal, observado o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, delibere favoravelmente com a presente proposta e assim proponha à Assembleia Municipal que declare prescrição do direito ao recebimento do preço pelos serviços prestados, referentes a tarifas de fornecimento de água, de recolha e tratamento de águas residuais e de serviços de gestão de resíduos sólidos urbanos, com processos de execução fiscal instaurados em 2010, e referentes a rendas de ocupação do Mercado Municipal com processos de execução fiscal instaurados nos anos de 2008 a 2010, observados os termos descritos. _____

→ Em caso de decisão em sentido favorável, a subsequente notificação da declaração de extinção

- ATA DA REUNIÃO DE 30 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 03/2019)

dos processos de execução fiscal em causa aos executados, nos termos da alínea e), n.º 1 do artigo 112.º do decreto-lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, que aprova o Código do Procedimento Administrativo.”. _____

4.4 CONCURSO PÚBLICO “IMPLANTAÇÃO DE PERCURSO EM CASAL DE SÃO SIMÃO” – PROCEDIMENTO N.º 03CPE18

4.4.1 RELATÓRIO FINAL: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o Relatório Final da empreitada referenciada em epígrafe, o qual se transcreve na íntegra: _____

Concurso Público

“Implantação de percurso em Casal de São Simão”

Anúncio de Procedimento n.º 10583/2018

Processo n.º 03CPE18

Relatório Final

[artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos]

1. Do procedimento por concurso público

O presente procedimento do tipo concurso público realizou-se na sequência de deliberação de Câmara datada de 28 de novembro de 2018, tendo o Município de Figueiró dos Vinhos, através de publicação no Diário da República em 10 de dezembro de 2018 na Parte L - Contratos Públicos, II Série, número 237, anúncio de procedimento n.º 10583/2018 e na plataforma eletrónica [SaphetyGov](https://saphety.gov.pt), procedido à abertura do concurso público “Implantação de percurso em Casal de São Simão”, com um preço base de 373.908,49 euros, a que acresce IVA à taxa legal, e critério de adjudicação o da avaliação do preço ou custo enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, fixando-se em 21 dias o prazo para apresentação de propostas. _____

2. Apresentação de propostas

O prazo previamente fixado para entrega das propostas expirou às 17 horas do dia 31 de dezembro de 2018, tendo apresentado proposta, dentro dos prazos definidos, os seguintes concorrentes: _____

- ATA DA REUNIÃO DE 30 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 03/2019)

Ordem	Denominação	Data / Hora
1º	FLOPONOR SA	24/12/2018 - 18:25
2º	Calaveiras Unipessoal, Lda	28/12/2018 - 10:05
3º	A. Milne Carmo S.A.	29/12/2018 - 19:31
4º	Américo R. Rolo - Construções	31/12/2018 - 15:12

Os concorrentes *FLOPONOR SA* e *Calaveiras Unipessoal, Lda* apresentaram declaração de não apresentação de proposta. _____

3. Relatório preliminar

No dia 09.01.2019, reuniu na Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, o Júri do procedimento, para apreciação das propostas e elaboração do Relatório Preliminar, documento remetido aos interessados para efeitos de audiência prévia no dia 14.01.2019. _____

4. Audiência prévia

Decorrido o prazo de audiência prévia, nos termos do nº 1 do artigo 147.º do CCP, verificou-se que nenhum dos concorrentes se pronunciou sobre o conteúdo das conclusões constantes do Relatório Preliminar. _____

Nestes termos, reuniu, nesta data, na Câmara Municipal, o Júri do Procedimento, para elaboração do presente Relatório Final. _____

Tendo em conta o critério de adjudicação previsto no programa de concurso, o Júri do Procedimento mantém as decisões do relatório final e propõe a seguinte **ordenação final dos concorrentes**: _____

Ordem	Concorrente	Valor Global da Proposta
1	A. Milne Carmo S.A.	282.415,02 €
2	Américo R. Rolo - Construções	333.440,84 €

Nestes termos, verificadas as condições gerais subjacentes ao presente procedimento, propõe-se, nos termos do art.º 148º do CCP, a adjudicação definitiva ao concorrente *A. Milne Carmo, SA*, pelo valor de **282.415,02 euros**, com exclusão de IVA”. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 30 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 03/2019)

4.4.2 APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a minuta de Contrato referenciado em epígrafe, dando plenos poderes ao Senhor Presidente para outorgar no mesmo, o qual se transcreve na íntegra: _____

“MINUTA DE CONTRATO DE EMPREITADA
“IMPLANTAÇÃO DE PASSADIÇO EM CASAL DE SÃO SIMÃO”

VALOR DE: 282.415,02 EUROS + IVA

----- Aos x dias do mês de x do ano dois mil e dezoito, nesta Vila de Figueiró dos Vinhos, Edifício dos Paços do Município, perante mim (identificação do Oficial Público) por designação da Vice-Presidente de Câmara conforme despacho n.º 23 datado 20 de outubro de 2017, compareceram como outorgantes: -----

----- **PRIMEIRO: Jorge Manuel Fernandes de Abreu**, casado, natural da Freguesia e Concelho de Figueiró dos Vinhos, com domicílio profissional neste Edifício, outorgando na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, em representação do Município e no uso da competência que lhe é conferida na alínea f) do n.º 2, do artigo 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pessoa colectiva de direito público número 506546381. -----

----- **SEGUNDO:** _____, natural da freguesia de _____ e concelho de _____, residente em _____, portador do Cartão do Cidadão número _____, contribuinte fiscal número _____, o qual outorga como legítimo representante da empresa **A Milne Carmo SA**, com sede em Pontal, 2985-201 Pegões, pessoa coletiva número 501100385, com um capital social realizado de dois milhões quatrocentos e trinta e sete mil cento e noventa e cinco euros e sete cêntimos, conforme verifiquei pela certidão permanente, sob código de acesso n.º 4565-4808-4536. -----

----- Verifiquei a identidade dos outorgantes, a do primeiro por ser do meu conhecimento pessoal e a dos segundos pela apresentação dos respetivos documentos de identificação pessoal. -----

----- Do meu conhecimento direto, são também a qualidade que se arroga o primeiro outorgante, bem como os poderes que legitimam a sua intervenção neste ato, sendo a qualidade e os poderes do segundo outorgante, que legitimam a sua intervenção neste ato verificados pela certidão permanente, obtida através do Código de

- ATA DA REUNIÃO DE 30 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 03/2019)

Acesso n.º 4565-4808-4536. -----

----- **PELO PRIMEIRO OUTORGANTE FOI DITO:** Que, em nome da sua representada e de harmonia com a deliberação de Câmara datada de 28 de novembro de 2018, foi determinado proceder à abertura de concurso público para a execução da Empreitada “**Implantação de Passadiço em Casal de São Simão**”, obra prevista no plano de atividades. -----

----- Que realizado o concurso com observância das formalidades legais, determinou a deliberação de Câmara de ____ de _____ de 2019, adjudicar definitivamente a referida empreitada, com base no Relatório Final elaborado pelo Júri do Procedimento datado de 24 de janeiro de 2019, à representada do Segundo Outorgante, **A Milne Carmo SA**, com sede em Pontal, 2985-201 Pegões, pessoa coletiva número 501100385. -----

----- Que, em cumprimento de tal deliberação do Órgão Executivo, e depois de aprovada a minuta do contrato por deliberação datada de ____ de _____ do ano em curso, vem com o Segundo Outorgante celebrar o competente contrato, o que faz nos termos e segundo as cláusulas seguintes: -----

----- **PRIMEIRA:** Esta adjudicação compreende a execução dos trabalhos de empreitada de “**Implantação de Passadiço em Casal de São Simão**”, de harmonia com o respetivo programa de concurso e caderno de encargos; -----

----- **SEGUNDA:** A empreitada é adjudicada pelo valor de **€ 282.415,02 (duzentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e quinze euros e dois cêntimos)**, a que acresce o IVA à taxa reduzida em vigor, no valor de **€ 16.944,90 (dezasseis mil, novecentos e quarenta e quatro euros e noventa cêntimos)**, o que perfaz o valor total de **€ 299.359,92 (duzentos e noventa e nove mil, trezentos e cinquenta e nove euros e noventa e dois cêntimos)**, de acordo com a proposta submetida pelo adjudicatário em 29 de dezembro de 2018, contendo a respectiva lista dos preços unitários e nas demais condições do programa de concurso e caderno de encargos; -

----- **TERCEIRA:** Os trabalhos da empreitada de obra pública deverão estar concluídos no prazo de **8 (oito) meses**, a contar da data da consignação total ou da primeira consignação parcial, salvo se a totalidade do serviços de empreitada previsto ocorrer antes desta data, situação que determinará que o mesmo cesse antes desta data, de acordo com as condições previstas no respetivo programa de concurso e caderno de encargos; -

- ATA DA REUNIÃO DE 30 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 03/2019)

----- **QUARTA:** Os pagamentos ao adjudicatário têm uma periodicidade mensal e serão efetuados, de acordo com os autos de medição, nos termos da Cláusula 32.^a do respetivo caderno de encargos e depois de emitida a respetiva fatura; -----

----- **QUINTA:** O prazo de garantia rege-se pelo estipulado na cláusula 45.^a do caderno de encargos; -----

----- **SEXTA:** Para garantia da execução deste contrato, o adjudicatário apresentou _____ no valor de **€ 14.120,75 (catorze mil, cento e vinte euros e setenta e cinco cêntimos)**, datada de ____ de _____ do ano em curso; -----

----- **SÉTIMA:** Nos casos omissos no presente contrato, proposta de adjudicação e demais documentos respeitantes a esta empreitada, que fazem parte deste contrato, observar-se-ão as disposições legais aplicáveis à adjudicação de obras, nomeadamente o Código dos Contratos Públicos; -----

----- **OITAVA:** Fazem ainda parte integrante deste contrato o caderno de encargos e a proposta adjudicada, conforme o determinado pelo n.º 2 do artigo 96.º do mesmo diploma. -----

----- **PELO SEGUNDO OUTORGANTE FOI DITO:** -----

----- Que aceita o presente contrato, para a sua representada, nos termos exarados e nas demais condições inerentes a esta empreitada de obra pública, designadamente as do programa de concurso e caderno de encargos aprovados, obrigando-se a cumpri-lo. -----

----- Que o encargo total deste contrato é de **€ 299.359,92 (duzentos e noventa e nove mil, trezentos e cinquenta e nove euros e noventa e dois cêntimos)**. -----

----- **PELO PRIMEIRO OUTORGANTE FOI AINDA DITO:** -----

----- Que o encargo resultante do presente contrato previsto de **€ 299.359,92 (duzentos e noventa e nove mil, trezentos e cinquenta e nove euros e noventa e dois cêntimos)** será satisfeito pelo orçamento de 2019, **tem o número sequencial de compromisso _____**, e a classificação orçamental por onde será satisfeito é a seguinte:

- **Classificação Orgânica: Capítulo zero um zero dois – Câmara Municipal; e Classificação Económica: Capítulo zero sete – Aquisição de Bens de Capital, Grupo zero um – Investimentos, Artigo zero quatro – Construções Diversas, Número zero seis – Instalações Desportivas e Recreativas.** -----

- ATA DA REUNIÃO DE 30 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 03/2019)

----- **ASSIM O DISSERAM E OUTORGARAM, do que dou fé.** -----

----- Arquivo: ----- A): Certidão
 Permanente subscrita em ____ de ____ de _____, válida até ____ de ____ de _____, a que corresponde a inscrição
 número 501100385; -----

----- B): Alvará de Construção número _____; -----

----- C): Declaração n.º _____, comprovativa da situação contributiva regularizada perante o Instituto de
 Gestão Financeira da Segurança Social; -----

----- D): Certidão comprovativa da situação tributária regularizada perante a Direcção-Geral dos Impostos; ----

----- E): Registo criminal dos administradores; -----

----- F): _____ no valor de **€ 14.120,75 (catorze mil, cento e vinte euros e setenta e cinco
 cêntimos)**, datada de ____ de _____ do ano em curso. -----

----- Este contrato, aprovado em minuta em reunião ordinária do órgão executivo aos ____ dias do mês de
 _____ do ano de _____, foi lido em voz alta e explicado o seu conteúdo e efeitos, na presença simultânea de
 ambos os outorgantes, que vão comigo assinar.”-----

**4.5 CONCURSO PÚBLICO “INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS DE PROTEÇÃO DOS RECURSOS
 HÍDRICOS DEVIDO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS OCORRIDOS DE 17 A 24 DE JUNHO DE
 2017 NO CENTRO DE PORTUGAL – FASE II”- PROCEDIMENTO N.º 02CPE18**

4.5.1 RELATÓRIO FINAL: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o Relatório Final da
 empreitada referenciada em epígrafe, o qual se transcreve na íntegra: _____

“Concurso Público

***“Intervenções prioritárias de proteção dos recursos hídricos devido aos incêndios florestais ocorridos de
 17 a 24 de junho de 2017 no centro de Portugal - Fase II”***

Anúncio de Procedimento n.º 10584/2018

Processo n.º 02CPE18

- ATA DA REUNIÃO DE 30 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 03/2019)**Relatório Final**

[artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos]

5. Do procedimento por concurso público

O presente procedimento do tipo concurso público realizou-se na sequência de deliberação de Câmara datada de 14 de novembro de 2018, tendo o Município de Figueiró dos Vinhos, através de publicação no Diário da República em 10 de dezembro de 2018 na Parte L – Contratos Públicos, II Série, número 237, anúncio de procedimento n.º 10584/2018 e na plataforma eletrónica SaphetyGov, procedido à abertura do concurso público “Intervenções prioritárias de proteção dos recursos hídricos devido aos incêndios florestais ocorridos de 17 a 24 de junho de 2017 no centro de Portugal - Fase II”, com um preço base de 271.132,00 euros, a que acresce IVA à taxa legal, e critério de adjudicação o da avaliação do preço ou custo enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, fixando-se em 21 dias o prazo para apresentação de propostas. _____

6. Apresentação de propostas

O prazo previamente fixado para entrega da proposta expirou às 17 horas do dia 31 de dezembro de 2018, tendo apresentado proposta, dentro dos prazos definidos, os seguintes concorrentes: _____

Ordem	Denominação	Data / Hora
1º	Nova Floresta – Serviço e Gestão Florestal, Lda	21/12/2018 19:12:34
2º	Advanced Green – Engenharia Natural e Urbana, Lda	27/12/2018 11:29:00
3º	Ambiflora - Serviços de Silvicultura e Exploração Florestal, Lda	27/12/2018 16:17:09
4º	Recolte, Serviços e Meio Ambiente, SA	28/12/2018 15:02:57
5º	Américo R. Rolo - Construções	28/12/2018 15:31:12
6º	Floponor, SA	31/12/2018 16:18:53

O concorrente *Ambiflora - Serviços de Silvicultura e Exploração Florestal, Lda* apenas apresentou declaração de não apresentação de proposta. _____

O concorrente Recolte, Serviços e Meio Ambiente, SA apenas apresentou o Anexo I, não tendo apresentado qualquer proposta. _____

7. Relatório preliminar

No dia 16.01.2019, reuniu na Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, o Júri do procedimento, para apreciação das propostas e elaboração do Relatório Preliminar, documento remetido aos interessados para efeitos de audiência prévia no dia 17.01.2019, no qual foi proposta a exclusão da proposta do concorrente Nova Floresta – Serviço e Gestão Florestal, Lda, nos termos do n.º 1 e n.º 2 do artigo 57.º, por remissão do n.º 2 do art. 146.º e nos termos do previsto na alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º, por remissão da alínea o) do n.º 2

- ATA DA REUNIÃO DE 30 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 03/2019)

do art. 146.º, todos do Código dos Contratos Públicos (CCP) e da proposta do concorrente Floponor, SA, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º, por remissão do n.º 2 do art. 146.º, todos do CCP. _____

8. Audiência prévia

Decorrido o prazo de audiência prévia, nos termos do n.º 1 do artigo 147.º do CCP, verificou-se que nenhum dos concorrentes se pronunciou sobre o conteúdo das conclusões constantes do Relatório Preliminar. _____

Nestes termos, reuniu, nesta data, na Câmara Municipal, o Júri do Procedimento, para elaboração do presente Relatório Final. _____

Tendo em conta o critério de adjudicação previsto no programa de concurso, o Júri do Procedimento mantém as decisões do relatório final e propõe a seguinte **ordenação final dos concorrentes**: _____

Ordem	Concorrente	Valor Global da Proposta
1	Américo R. Rolo - Construções	195.445,49 €
2	Advanced Green – Engenharia Natural e Urbana, Lda	245.620,10 €

Nestes termos, verificadas as condições gerais subjacentes ao presente procedimento, propõe-se, nos termos do art.º 148º do CCP, a adjudicação definitiva ao concorrente **Américo R. Rolo - Construções**, pelo valor de **195.445,49 euros**, com exclusão de IVA. _____

Mantém-se também a proposta de exclusão dos concorrentes *Nova Floresta – Serviço e Gestão Florestal, Lda* e *Floponor, Lda.*”. _____

4.5.2 APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a minuta de Contrato referenciado em epígrafe, dando plenos poderes ao Senhor Presidente para outorgar no mesmo, o qual se transcreve na íntegra: _____

“MINUTA DE CONTRATO DE EMPREITADA

“INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS DE PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DEVIDO AOS
INCÊNDIOS FLORESTAIS OCORRIDOS DE 17 A 24 DE JUNHO DE 2017 NO CENTRO DE
PORTUGAL – FASE II”

VALOR DE: 195.445,49 EUROS + IVA

- ATA DA REUNIÃO DE 30 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 03/2019)

----- Aos x dias do mês de x do ano dois mil e dezoito, nesta Vila de Figueiró dos Vinhos, Edifício dos Paços do Município, perante mim (identificação do Oficial Público) por designação da Vice-Presidente de Câmara conforme despacho n.º 23 datado 20 de outubro de 2017, compareceram como outorgantes: -----

----- **PRIMEIRO: Jorge Manuel Fernandes de Abreu**, casado, natural da Freguesia e Concelho de Figueiró dos Vinhos, com domicílio profissional neste Edifício, outorgando na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, em representação do Município e no uso da competência que lhe é conferida na alínea f) do n.º 2, do artigo 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pessoa colectiva de direito público número 506546381. -----

----- **SEGUNDO: Américo Rodrigues Rolo**, casado, natural da freguesia de _____ e concelho de _____, residente na Rua Vila Melhorada, n.º 28, 6150 – 554 Proença-a-Nova, portador do Cartão do Cidadão número 00672048, válido até 17 de junho de 2019, contribuinte fiscal número 147964628, com domicílio profissional em Vale Porco, 6150 – 512 Proença-a-Nova, portador da certidão permanente com o código de acesso n.º 7823-7345-4209. -----

----- Verifiquei a identidade dos outorgantes, a do primeiro por ser do meu conhecimento pessoal e a dos segundos pela apresentação do respetivo documento de identificação pessoal. -----

----- Do meu conhecimento direto, são também a qualidade que se arroga o primeiro outorgante, bem como os poderes que legitimam a sua intervenção neste ato, sendo a qualidade e os poderes do segundo outorgante, que legitimam a sua intervenção neste ato verificados pela certidão permanente, obtida através do Código de Acesso n.º 7823-7345-4209. -----

----- **PELO PRIMEIRO OUTORGANTE FOI DITO:** Que, em nome da sua representada e de harmonia com a deliberação de Câmara datada de 14 de novembro de 2018, foi determinado proceder à abertura de concurso público para a execução da Empreitada “**Intervenções prioritárias de proteção dos recursos hídricos devido aos incêndios florestais ocorridos de 17 a 24 de junho de 2017 no centro de Portugal - Fase II**”, obra prevista no plano de atividades. -----

----- Que realizado o concurso com observância das formalidades legais, determinou a deliberação de Câmara

- ATA DA REUNIÃO DE 30 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 03/2019)

de ____ de ____ de 2019, adjudicar definitivamente a referida empreitada, com base no Relatório Final elaborado pelo Júri do Procedimento datado de 25 de janeiro de 2019, ao Segundo Outorgante, **Américo Rodrigues Rolo**, com domicílio profissional em Vale Porco, 6150 – 512 Proença-a-Nova, contribuinte fiscal número 147964628. -----

----- Que, em cumprimento de tal deliberação do Órgão Executivo, e depois de aprovada a minuta do contrato por deliberação datada de ____ de ____ do ano em curso, vem com o Segundo Outorgante celebrar o competente contrato, o que faz nos termos e segundo as cláusulas seguintes: -----

----- **PRIMEIRA:** Esta adjudicação compreende a execução dos trabalhos de empreitada de **“Intervenções prioritárias de proteção dos recursos hídricos devido aos incêndios florestais ocorridos de 17 a 24 de junho de 2017 no centro de Portugal - Fase II”**, de harmonia com o respetivo programa de concurso e caderno de encargos; -----

----- **SEGUNDA:** A empreitada é adjudicada pelo valor de **€ 195.445,49 (cento e noventa e cinco mil, quatrocentos e quarenta e cinco euros e quarenta e nove centimos)**, a que acresce o IVA à taxa reduzida em vigor, no valor de **€ 11.726,73 (onze mil, setecentos e vinte e seis euros e setenta e três centimos)**, o que perfaz o valor total de **€ 207.172,22 (duzentos e sete mil, cento e setenta e dois euros e vinte e dois centimos)**, de acordo com a proposta submetida pelo adjudicatário em 28 de dezembro de 2018, contendo a respetiva lista dos preços unitários e nas demais condições do programa de concurso e caderno de encargos; ---

----- **TERCEIRA:** Os trabalhos da empreitada de obra pública deverão estar concluídos no prazo de **6 (seis) meses**, a contar da data da consignação total ou da primeira consignação parcial, salvo se a totalidade dos serviços de empreitada previsto ocorrer antes desta data, situação que determinará que o mesmo cesse antes desta data, de acordo com as condições previstas no respetivo programa de concurso e caderno de encargos; ---

----- **QUARTA:** Os pagamentos ao adjudicatário têm uma periodicidade mensal e serão efetuados, de acordo com os autos de medição, nos termos da Cláusula 32.^a do respetivo caderno de encargos e depois de emitida a respetiva fatura; -----

----- **QUINTA:** O prazo de garantia rege-se pelo estipulado na cláusula 45.^a do caderno de encargos; -----

- ATA DA REUNIÃO DE 30 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 03/2019)

----- **SEXTA:** Para garantia da execução deste contrato, o adjudicatário apresentou _____ no valor de **€ 9.772,27 (nove mil, setecentos e setenta e dois euros e vinte e sete cêntimos)**, datada de ____ de _____ do ano em curso; -----

----- **SÉTIMA:** Nos casos omissos no presente contrato, proposta de adjudicação e demais documentos respeitantes a esta empreitada, que fazem parte deste contrato, observar-se-ão as disposições legais aplicáveis à adjudicação de obras, nomeadamente o Código dos Contratos Públicos; -----

----- **OITAVA:** Fazem ainda parte integrante deste contrato o caderno de encargos e a proposta adjudicada, conforme o determinado pelo n.º 2 do artigo 96.º do mesmo diploma. -----

----- **PELO SEGUNDO OUTORGANTE FOI DITO:** -----

----- Que aceita o presente contrato, para a sua representada, nos termos exarados e nas demais condições inerentes a esta empreitada de obra pública, designadamente as do programa de concurso e caderno de encargos aprovados, obrigando-se a cumpri-lo. -----

----- Que o encargo total deste contrato é de **€ 207.172,22 (duzentos e sete mil, cento e setenta e dois euros e vinte e dois cêntimos)**. -----

----- **PELO PRIMEIRO OUTORGANTE FOI AINDA DITO:** -----

----- Que o encargo resultante do presente contrato previsto de **€ 207.172,22 (duzentos e sete mil, cento e setenta e dois euros e vinte e dois cêntimos)** será satisfeito pelo orçamento de 2019, tem o número sequencial de compromisso _____, e a classificação orçamental por onde será satisfeito é a seguinte: -

Classificação Orgânica: Capítulo zero um zero dois – Câmara Municipal; Classificação Económica: Capítulo zero sete – Aquisição de Bens de Capital, Grupo zero um – Investimentos, Artigo zero quatro – Construções Diversas, Número um três – Outros. -----

----- **ASSIM O DISSERAM E OUTORGARAM, do que dou fé.** -----

----- Arquivo: -----

-----A): Certidão Permanente subscrita em ____ de ____ de _____, válida até ____ de ____ de _____, a que corresponde a inscrição número _____; -----

- ATA DA REUNIÃO DE 30 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 03/2019)

----- B): Alvará de Construção número ____; -----

----- C): Declaração n.º ____, comprovativa da situação contributiva regularizada perante o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social; -----

-----D): Certidão comprovativa da situação tributária regularizada perante a Direcção-Geral dos Impostos; -----

----- E): Registo criminal do segundo outorgante; -----

----- F): _____ no valor de **€ 9.772,27 (nove mil, setecentos e setenta e dois euros e vinte e sete cêntimos)**, datada de ____ de _____ do ano em curso. ----- Este contrato, aprovado em minuta em reunião ordinária do órgão executivo aos ____ dias do mês de _____ do ano de ____, foi lido em voz alta e explicado o seu conteúdo e efeitos, na presença simultânea de ambos os outorgantes, que vão comigo assinar”. -----

4.6 AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AS AÇÕES DE (RE)ARBORIZAÇÃO

4.6.1 PROPONENTE: VINCULUM – SOCIEDADE DE ADMINISTRAÇÃO E BENS - MORADA: RUA DOS CEGOS, N.º 38 – SANTA MARIA MAIOR, LISBOA - PROPRIEDADE: FOZ DE ALGE - ÁREA DA EXPLORAÇÃO: 4,56HA – ÁREA A INTERVENCIONAR: 4,56HA: Sobre este assunto foi presente o seguinte parecer emitido pelo Técnico Engenheiro Florestal Luís Filipe Silva: _____

Parecer:

“Prevê o projecto florestal em epígrafe, disponível na plataforma SI-ICNF a arborização de uma área total de **4,56ha**, constituída por uma parcela, localizada no lugar de Foz de Alge, pertencente à circunscrição administrativa da União de Freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas. Trata-se de uma parcela ocupada atualmente por matos (fetos, tojos, esteva) e demais vegetação espontânea. Pretende o proponente arborizar aquela área com recurso à espécie Castanheiro (*Catanea sativa*) e sobreiro (*Quercus suber*). Quanto ao enquadramento das ações no PMOT e PMDFCI, importa destacar: _____

Enquadramento em PDM

De acordo com a localização apresentada e segundo a Planta de Ordenamento relativamente à classificação e qualificação do solo o mesmo encontra-se classificado em Espaços Naturais. Relativamente à Planta de Condicionantes, a parcela encontra-se inserida em Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional e

- ATA DA REUNIÃO DE 30 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 03/2019)

Aproveitamento Hidroagrícola. Também aquela área foi percorrida por incêndios florestais em 2017 sendo esta variável uma das condicionantes, onde o Risco de Incêndio se encontra classificado e varia de Médio, a Alto e Muito Alto. Recomenda-se contudo, que o plano de gestão e orientação futuro atenda às boas práticas silvícolas, conciliando a produção lenhosa com os valores ambientais presentes e a defesa da floresta contra incêndios. _____

De acordo com a classe de declives que nos é apresentada no projeto de arborização (>25%) recomendamos as boas práticas de mobilização do solo (preparação da estação) que devem acautelar o efeito e a ação erosiva da chuva e do vento. Trata-se de uma parcela que se localiza na margem esquerda da ribeira de Alge pelo que os efeitos e medidas mitigadoras e de salvaguarda da vegetação ripícola sejam preservadas evitando de todo, a perturbação do habitat ribeirinho onde permanecem algumas espécies da avifauna e espécies piscícolas, que caracterizam aquele curso de água. Encontram-se igualmente, no local algumas espécies e galerias de vegetação autóctone que deverão ser preservadas no sentido da preservação da espécie e do solo. Assim, recomenda-se e é imperativo que as operações de mobilização do solo quando haja recurso à criação de socos, estes sejam realizadas deixando plataformas consolidadas com escoamento interior e lateral, medidas que irão facilitar a escorrência gradual das águas das chuvas e evitar o desmoronamento com prejuízos manifestos para o sucesso da exploração e consequências indesejáveis para o ecossistema local. _____

Enquadramento em PMDFCI

Quanto ao PMDFCI (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios) conforme referido anteriormente a parcela apresenta um risco de incêndio Médio a Muito Alto e confina com o caminho municipal 1142 (CM 1142) pelo que se impõe a criação de faixas de gestão de combustível naquele local e a ladear a infraestrutura viária de pelo menos 4 metros nos termos do disposto ao anexo do Decreto-Lei 10/2018 de 14 de Fevereiro. _____

Assim recomenda-se que as operações de instalação do novo povoamento salvaguardem sempre os valores do solo, dos recursos hídricos e da conservação da natureza, devendo a mobilização do solo, ser realizada segundo a curva de nível e quando recomendado tecnicamente a criação de socos os mesmos sejam instalados de acordo com as normas silvícolas. Considera-se também importante dotar a parcela com uma rede viária adequada, pelo que se recomenda que sejam salvaguardadas as distâncias mínimas de plantação às bermas/laterais dos caminhos florestais/agrícolas. _____

Posto isto, e salvaguardando as medidas de instalação e proteção referidas, consideramos que o projecto reúne as condições no sentido de merecer o nosso **parecer favorável**". _____

- ATA DA REUNIÃO DE 30 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 03/2019)

O Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes, em relação aos três pontos de arborização expressou o seu voto favorável.

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, apesar de não poder participar na discussão e votação deste assunto, por razões profissionais, enquanto técnico da autarquia, referiu que não pode ficar indiferente em relação à posição tomada pelo Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes, não havendo coerência nas suas posições, respeitando como é óbvio as mesmas, no entanto e nesse seguimento leu uma Declaração Política que se transcreve na íntegra:

“MFI - Autorização prévia para as ações de (re)arborização

O discurso anti eucalipto tem servido para os cabeçalhos da imprensa e para a mais desenfreada demagogia política. Ao sabor de ventos e marés. _____

Temo-lo visto lá fora e também aqui nas reuniões de câmara sempre que são presentes para deliberação, propostas relacionadas com a autorização prévia para as ações de (re)arborização. Vem isto a propósito das posições contraditórias tomadas pelo MFI relativamente a esta matéria. _____

Ora se aprova, ora se é contra conforme o rosto do proponente fazendo tábua rasa da fundamentação legal e da legislação atualmente em vigor. _____

O que questionamos não é a legitimidade das intervenções e das votações é a ausência de argumentos sólidos e a estratégia de ziguezague que sempre tem um discurso de conveniência tão comum em projetos de poder pessoal. _____

Relativamente a esta matéria temos assistido a situações distintas, mas absolutamente incompreensíveis baseada em argumentos populistas e perigosos quando de ataque aos partidos políticos e seus legítimos representantes que são um marco da democracia representativa no nosso país. _____

Sem a ideologia o debate político perde sentido. Ficam os projetos de poder pessoal e os interesses individuais, na maioria das vezes desconhecidos, em que o político carrega consigo uma aparência recorrendo, em muitas circunstâncias, à vitimização, à demagogia e ao populismo para atingir os seus fins. _____

É esta estratégia de ziguezague e ausência de substância que não resiste ao confronto com a realidade que aqui questionamos. Ora se vota contra. Ora se vota a favor. _____

E nisto tudo onde fica a coerência? Fica muito mal porque nem sequer existe. _____

Assinalamos mais uma vez a incoerência e o prejuízo que esta postura do MFI traz ao exercício político de um mandato e à relação de confiança que deve existir entre eleitos e eleitores e que nos permite assinalar a sua incongruência relativamente ao atual regime florestal e questionar qual é realmente a sua posição sobre a esta matéria uma vez que ninguém a percebe. _____

Em toda esta questão de uma coisa temos a certeza ou se continua numa rota ziguezagueante e populista que

- ATA DA REUNIÃO DE 30 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 03/2019)

tende a minar a confiança nos atores políticos e nas instituições ou se escolhe a via da responsabilização, coerência e dignificação da vida pública. _____

A escolha é de cada um sendo certo que a escolha final não deixará de ser feita pelos Figueiroenses. ____

Figueiró dos Vinhos, 30 de janeiro de 2019

O Vereador

Luís Filipe Silva”

O Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes, na sequência da declaração assumida pelo Sr. Vereador do PSD Eng.º Filipe Silva, o Vereador do MFI Carlos Lopes deixou expressa a seguinte posição:

- Lamentar o tom e o conteúdo da linguagem usada pelo Sr. Vereador do PSD na Declaração política acabada de ler e que o visava; _____

- Recusava por essa razão adjectivar o que havia sido referido porquanto, o MFI trouxe, na sua perspectiva, uma nova forma de fazer política no concelho de Figueiró dos Vinhos, utilizando a expressão “habituem-se”...

- O Vereador Carlos Lopes referiu que a intervenção do Sr. Vereador do PSD revelava receio pela concorrência política, e que as forças partidárias não estavam ainda habituadas a lidar e a conviver com esta nova realidade resultante do voto popular no primeiro movimento independente que concorreu a eleições locais neste concelho e que logrou obter sozinho 20% da confiança dos Figueiroenses. _____

- Referiu que no caso em concreto que se refere a autorização prévia para acções de rearboreização tem vindo a defender com total coerência e frontalidade posições que não visam mais do que contribuir para uma floresta mais ordenada e menos exposta ao perigo dos incêndios florestais. _____

A este propósito lembrou que o Senhor Vereador chegou ele sim a sugerir que a Câmara Municipal pudesse no momento oportuno assumir uma recomendação visando a diminuição da área disponível para plantação de eucaliptos. _____

- O Vereador do MFI sublinhou ainda que o projeto agora em discussão se enquadravam naquilo que se julga admissível, até porque como bem tinha dito o Senhor Vereador do PSD, o projeto com maior área para reflorestação contemplava para além do eucalipto outras espécies autógenas que permitiam observar o equilíbrio paisagístico e preventivo pelo qual se tem vindo a bater. _____

- O vereador do MFI reafirmou que defende a indústria e o sector que de forma direta ou indireta comercializa o eucalipto, não sendo fundamentalista neste domínio nem “antieucalipto” como tem vindo a referenciar quando estas questões se colocam. _____

- Defendeu que é cada vez mais importante olhar para estas questões da prevenção e ordenamento da floresta de forma racional e objetiva, rejeitando as acusações de falta de coerência e ziguezagueantes proferidas pelo Vereador do PSD. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 30 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 03/2019)

Finalmente, o Vereador Carlos Lopes reafirmou o propósito de continuar a defender os interesses das populações do concelho, numa perspectiva que dignifique a política, o debate sadio e controverso, o respeito pela diferença e pela opinião contrária, sem recorrer a ataques e insinuações de ordem pessoal, não se sentindo refém de ninguém, achando-se credor da mesma legitimidade que os outros atores políticos eleitos para poder defender com total liberdade e independência o que considerasse mais justo e legítimo. _____

Afirmou por isso a coerência das suas posições e dos eleitos do MFI em todo o concelho, assinalando que o seu percurso de vida era do ponto de vista pessoal e político feito de coragem, coerência, persistência e determinação, não pertencendo aos partidos políticos nos dias de hoje o monopólio e exclusivo da ação política, reconhecimento esse que recentemente lhe havia sido feito recentemente para integrar única Lista concorrente aos Órgãos diretivos da Associação Nacional dos Autarcas Independentes que neste momento são a terceira maior força política do Poder Local em Portugal. _____

A Câmara Municipal depois destas considerações, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável de acordo com a Informação emitida, pelo Técnico Superior Engenheiro Filipe Silva. _____

O Senhor Vereador Engenheiro Filipe Silva, não participou na votação deste assunto por razões profissionais, enquanto técnico da autarquia, tendo-se na altura ausentado da Sala de Reuniões. _____

4.6.2 PROPONENTE: MARIA DO CÉU LUÍS FERNANDES – MORADA: BREJO – AREGA -
PROPRIEDADE: BREJO - ÁREA DA EXPLORAÇÃO: 0,19HA – ÁREA A INTERVENCIÓNAR:

0,08HA: Sobre este assunto foi presente o seguinte parecer emitido pelo Técnico Engenheiro Florestal Luís Filipe Silva. _____

Parecer:

“Prevê o projecto florestal em epígrafe, disponível na plataforma SI-ICNF a (re)arborização de uma área total de **0,08ha**, constituída por uma parcela, localizada no lugar de Brejo, pertencente à circunscrição administrativa da Freguesia de Arega. Trata-se de uma parcela ocupada atualmente por eucalipto comum (*Eucalyptus globulus*), Matos e demais vegetação espontânea. Pretende a proponente (re)arborizar parte da propriedade com recurso a duas espécies Castanheiro (*Catanea sativa*) e Nogueira Nacional (*Juglans regia*). Quanto ao enquadramento das ações no PMOT e PMDFCI, importa destacar: _____

Enquadramento em PDM

- ATA DA REUNIÃO DE 30 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 03/2019)

De acordo com a localização apresentada e segundo a Planta de Ordenamento relativamente à classificação e qualificação do solo a parcela encontra-se classificada como Áreas de Edificação Dispersa e na Carta de Zonamento Acústico encontra-se classificada como Zonas Mistas. Relativamente à Planta de Condicionantes, não foram identificadas restrições com exceção na Carta de Outras Condicionantes que classifica o local como Servidão Rede Viária – 6 metros. _____

Recomenda-se contudo, que o plano de gestão e orientação futuro atenda às boas práticas silvícolas, conciliando a produção lenhosa com os valores ambientais presentes e a defesa da floresta contra incêndios.

Enquadramento em PMDFCI

Quanto ao PMDFCI (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios) a parcela encontra-se dentro da área identificada como faixas de gestão de combustível/Rede Viária Florestal. Deve por isso a plantação e condução futura do povoamento obedecer às regras e critérios para a gestão de combustíveis no âmbito das redes secundárias de gestão de combustível definidos no anexo ao Decreto-Lei 10/2018 de 14 de Fevereiro.

Assim recomenda-se que as operações de instalação do novo povoamento salvaguardem sempre os valores do solo, dos recursos hídricos e da conservação da natureza, devendo a mobilização do solo, ser realizada segundo a curva de nível. _____

Posto isto, atendendo às espécies em causa, consideradas mais resistentes ao fogo e que requerem um compasso de plantação mais largo e atendendo às medidas de proteção referidas, consideramos que o projecto reúne as condições no sentido de merecer o nosso **parecer favorável**". _____

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade emitir parecer favorável de acordo com a Informação emitida, pelo Técnico Superior Engenheiro Filipe Silva. _____

O Senhor Vereador Engenheiro Filipe Silva, não participou na discussão e votação deste assunto por razões profissionais, enquanto técnico da autarquia, tendo-se na altura ausentado da Sala de Reuniões. _____

4.6.3 PROPONENTE: ALTRI FLORESTAL SA - MORADA: RUA NATÁLIA CORREIA, 2-A
CONSTÂNCIA - PROPRIEDADE: CASTELO - ÁREA DA EXPLORAÇÃO: 76,34HA – ÁREA A
INTERVENCIONAR: 69,23HA: Sobre este assunto foi presente o seguinte parecer emitido pelo Técnico Engenheiro Florestal Luís Filipe Silva. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 30 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 03/2019)

Parecer:

“Prevê o projecto florestal em epígrafe, disponível na plataforma SI-ICNF a (re)arborização de uma área total de **69,23ha**, constituída por quatro (4) parcelas, localizadas próximo dos lugares de Ribeira Velha e Alge, pertencente à circunscrição administrativa da Freguesia de Campelo. De acordo com o projeto proposto estamos perante uma exploração, que foi atingida por incêndio florestal em 2017 e apresenta também baixas taxas de crescimento em virtude do povoamento entretanto retirado apresentar sintomas generalizados de fitossanidade de elevada dimensão provocados pelo *Gonipterus platensis*, inseto desfolhador, vulgarmente conhecido como Gorgulho do eucalipto. Após vistoria a exploração encontra-se atualmente limpa de vegetação em virtude do corte final a que foi sujeita, sendo ainda visíveis o amontoado de resíduos florestais (biomassa) situados ao longo do aceiro que percorre a parcela na sua cota mais elevada. Pretende assim a requerente (re)arborizar toda aquela área com recurso a duas (2) espécie, sendo a principal e com maior área (63,42 ha) o Eucalipto nitens (*Eucalyptus nitens*) e (re)arborizar uma área com 5,82 ha com medronheiro (*Arbutus unedo*). Quanto ao enquadramento das ações no PMOT e PMDFCI, importa destacar: _____

Enquadramento em PDM

De acordo com a localização apresentada e segundo a Planta de Ordenamento relativamente à classificação e qualificação do solo o mesmo encontra-se classificado em Espaços Florestais de Conservação, Espaços Florestais de Produção, Espaços Naturais e Estrutura Ecológica Municipal. Relativamente à Planta de Condicionantes, a parcela encontra-se inserida em Reserva Ecológica Nacional sendo apontados como fatores de maior sensibilidade o local apresentar, Áreas com Risco de Erosão, Zonas Ameaçadas pelas Cheias e a presença de Leitos de Cursos de Água. Toda aquela área foi percorrida por incêndios florestais nos anos de 2016 e 2017, sendo que o Risco de Incêndio para o local se situa entre o Muito Baixo ao Muito Alto. Também podemos referir como de significativo, parte da propriedade, designadamente a situada mais a norte se encontrar inserida em Rede Natura 2000 (Sitio de Importância Comunitária Serra da Lousã – Código PTCON0060). Recomenda-se assim, e atendendo aos valores ambientais e de conservação em presença, que o plano de gestão e orientação futuro, atenda às boas práticas silvícolas, conciliando as melhores técnicas de preparação do solo em virtude da variação de declives em presença e à instalação do povoamento assegurando a produção lenhosa em harmonia com os valores ambientais e as medidas de defesa da floresta contra incêndios. _____

Encontra-se igualmente, na propriedade um marco geodésico (Molhas) que deverá ser preservado e guardadas as distancias mínimas definidas por lei como área não sujeita a (re)arborização. Reforça-se uma vez mais, que as operações de mobilização do solo quando haja recurso à criação de socacos, estes sejam realizados deixando plataformas consolidadas com escoamento interior e lateral, medidas que irão facilitar a escorrência

- ATA DA REUNIÃO DE 30 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 03/2019)

gradual das águas das chuvas e evitar o desmoronamento com prejuízos manifestos para o sucesso da exploração e consequências indesejáveis para o ecossistema local. _____

Enquadramento em PMDFCI

Quanto ao PMDFCI (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios) conforme referido anteriormente a exploração, dada a sua dimensão apresenta várias classes de risco (Muito Baixo, Baixo, Médio, Alto e Muito Alto). _____

Deve a rede divisional (aceiros) situada a sul da propriedade ser mantida, salvaguardando no mínimo a largura definida, sendo que ao longo da mesma deverão ser plantadas espécies florestais mais resistentes ao fogo. Considera-se também importante dotar a parcela com uma rede viária adequada, pelo que se recomenda que sejam salvaguardadas as distâncias mínimas de plantação às bermas/laterais dos caminhos florestais existentes e a criar. _____

Posto isto, e salvaguardando as medidas de instalação e proteção referidas, consideramos que o projecto reúne as condições no sentido de merecer o nosso **parecer favorável**". _____

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade emitir parecer favorável de acordo com a Informação emitida, pelo Técnico Superior Engenheiro Filipe Silva. _____

O Senhor Vereador Engenheiro Filipe Silva, não participou na discussão e votação deste assunto por razões profissionais, enquanto técnico da autarquia, tendo-se na altura ausentado da Sala de Reuniões. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 30 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 03/2019)

5. GABINETE DE APOIO AO INVESTIMENTO

5.1 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INCUBAÇÃO – RICARDO ALEXANDRE

DA SILVA SOARES: Sobre este assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 16/2019 emitida pelo Senhor Presidente Jorge Abreu, tendo a Câmara Municipal deliberado por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, aprovando a alteração solicitada, na cedência de um espaço autónomo (sala 1 do piso térreo) com a área de 9,75 m2, aprovando as condições de cedência, designadamente a liquidação mensal de 9,75 euros + IVA, mantendo-se em vigor todas as restantes condições contratuais previstas no “Contrato de Prestação de Serviços de Incubação” a que se refere o n.º 4 do artigo 17.º do Regulamento. _____

Mais, deliberou dar plenos poderes ao Sr. Presidente Jorge Abreu, para outorgar a documentação inerente ao respetivo processo, designadamente o correspondente ao Contrato de Prestação de Serviços de Incubação.

Proposta de Deliberação n.º 16/2019:

“Considerando que:

Ricardo Alexandre da Silva Soares NIF 258061421 apresentou um pedido para alteração do espaço de incubação que atualmente ocupa de acordo com o CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INCUBAÇÃO inicialmente celebrado em 14.10.2016 e objeto de ADENDA em 4.09.2018 nos termos do previsto no Regulamento do Programa de Apoio ao Investimento. _____

De acordo com o Relatório da Comissão de Acompanhamento, datado de 24 de janeiro de 2019, deverá a respetiva pretensão ser aprovada, nos termos contantes desse documento. _____

Nestes termos, _____

PROPOMOS que a Câmara Municipal, pelos motivos acima expostos delibere pela aprovação da alteração solicitada, aprovando a cedência de um espaço autónomo (sala 1 do piso térreo) com a área de 9,75 m2, aprovando as condições de cedência, designadamente a liquidação mensal de 9,75 euros + IVA, mantendo-se em vigor todas as restantes condições contratuais previstas no “Contrato de Prestação de Serviços de Incubação” a que se refere o n.º 4 do artigo 17.º do Regulamento, bem como autorizar o Sr. Presidente a outorgar a documentação inerente ao respetivo processo, designadamente o correspondente ao Contrato de Prestação de Serviços de Incubação”. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 30 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 03/2019)

5.2 CANDIDATURA À CONCESSÃO DE LOTES NO PARQUE EMPRESARIAL DO CAMELEIRO – MAVIGRADE-FABRICO DE PORTAS, GRADES METÁLICAS E AUTOMATISMOS UNIP.LDA.: Sobre este assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º

17/2019 emitida pelo Senhor Presidente Jorge Abreu, tendo a Câmara Municipal deliberado por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, aprovando a candidatura apresentada, desencadeando-se os procedimentos subsequentes a alienação do Lote n.º 1 (LCP) do Loteamento Contíguo ao Parque Empresarial do Caramelo - Figueiró dos Vinhos, (artigo matricial U-3862 da UF de Figueiró dos Vinhos e Bairradas) nos termos do previsto no artigo 7º do Regulamento do Programa de Apoio ao Investimento a MAVIGRADE-Fabrico de Portas, Grades Metálicas e Automatismos Unipessoal, Lda, NIF 507221214, aceitando a classificação de “Excelente” emitida pela Comissão de Acompanhamento sendo a alienação efetuada pelo valor de 1.934,36 euros resultante da concessão de um benefício de 5.803,09 euros, correspondente ao preço calculado com a bonificação de 75% do valor do lote (7.737,45 euros). _____

Mais deliberou aprovar a isenção parcial de 75% no valor das taxas urbanísticas e administrativas em todos os pedidos que sejam requeridos no âmbito desta atividade empresarial, nos termos do Relatório da Comissão de Acompanhamento datado de 23 de janeiro de 2019. _____

Deliberou ainda, dar poderes ao Sr. Presidente para outorgar a documentação inerente ao respetivo processo, designadamente o correspondente contrato promessa de compra e venda e respetivo contrato de compra e venda. _____

Proposta de Deliberação n.º 17/2019:

“Considerando que: _____

Vitor Manuel Henriques Tavares, representante legal da Empresa MAVIGRADE- Fabrico de Portas, Grades Metálicas e Automatismos Unipessoal, Lda, NIF 507221214 apresentou uma candidatura para a alienação Lote n.º 1 (LCP) do Loteamento Contíguo ao Parque Empresarial do Caramelo - Figueiró dos Vinhos, conforme Planta anexa, identificado com o artigo matricial U-3862 da UF de Figueiró dos Vinhos e Bairradas e descrito na Conservatória do Registo Predial de Figueiró dos Vinhos sob o nº 8631/20130416, nos termos do previsto no artigo 7º do Regulamento do Programa de Apoio ao Investimento, e a isenção de taxas urbanísticas e administrativas. _____

De acordo com o Relatório da Comissão de Acompanhamento, datado de 24 de janeiro de 2019, deverá a respetiva candidatura ser aprovada, concedendo à mesma a classificação qualitativa de “Excelente”, correspondendo ao preço calculado com a bonificação de 75% do valor do lote, de acordo com a alínea b) do n.º 4 do artigo 51.º do mesmo Regulamento e ainda a isenção parcial de 75% no valor das taxas urbanísticas e administrativas em todos os pedidos que sejam requeridos no âmbito desta atividade empresarial. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 30 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 03/2019)

Nestes termos,

PROPOMOS que a Câmara Municipal, pelos motivos acima expostos delibere pela aprovação da candidatura apresentada, desencadeando-se os procedimentos subsequentes a alienação do Lote n.º 1 (LCP) do Loteamento Contíguo ao Parque Empresarial do Caramaleiro - Figueiró dos Vinhos, (artigo matricial U-3862 da UF de Figueiró dos Vinhos e Bairradas) nos termos do previsto no artigo 7º do Regulamento do Programa de Apoio ao Investimento a MAVIGRADE- Fabrico de Portas, Grades Metálicas e Automatismos Unipessoal, Lda, NIF 507221214, aceitando a classificação de “Excelente” emitida pela Comissão de Acompanhamento sendo a alienação efetuada pelo valor de 1.934,36 euros resultante da concessão de um benefício de 5.803,09 euros, correspondente ao preço calculado com a bonificação de 75% do valor do lote (7.737,45 euros). _____

PROPOMOS ainda a aprovação da isenção parcial de 75% no valor das taxas urbanísticas e administrativas em todos os pedidos que sejam requeridos no âmbito desta atividade empresarial, nos termos do Relatório da Comissão de Acompanhamento datado de 23 de janeiro de 2019 bem como autorizar o Sr. Presidente a outorgar a documentação inerente ao respetivo processo, designadamente o correspondente contrato promessa de compra e venda e respetivo contrato de compra e venda”. _____

5.3 CANDIDATURA À CONCESSÃO DE LOTES NO PARQUE EMPRESARIAL DO CAMELEIRO – FERNANDO MANUEL MARTINS DUARTE:

Sobre este assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 18/2019 emitida pelo Senhor Presidente Jorge Abreu, tendo a Câmara Municipal deliberado por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, aprovando a candidatura apresentada, desencadeando-se os procedimentos subsequentes a alienação dos Lotes 11A e 12A, sitos no Parque Empresarial do Caramaleiro - Figueiró dos Vinhos a Fernando Manuel Martins Duarte, NIF 204970245, aceitando a classificação de “BOM” emitida pela Comissão de Acompanhamento sendo a alienação efetuada pelo valor de 1.204,00 euros resultante da concessão de um benefício de 516,00 euros, correspondente ao preço calculado com a bonificação de 30% do valor de cada um dos lotes, respetivamente o Lote 11A no valor de alienação de 602 euros e um benefício financeiro atribuído de 258 euros e o Lote 12A no valor de alienação de 602,00 euros e um benefício financeiro atribuído de 258,00 euros. _____

Mais deliberou aprovar a isenção parcial de 50% no valor das taxas urbanísticas e administrativas em todos os pedidos que sejam requeridos no âmbito desta atividade empresarial, nos termos do Relatório da Comissão de Acompanhamento datado de 23 de janeiro de 2019.

Deliberou ainda, dar plenos poderes ao Sr. Presidente a outorgar a documentação inerente ao respetivo processo, designadamente o correspondente contrato promessa de compra e venda e respetivo contrato de compra e venda. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 30 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 03/2019)

Proposta de Deliberação n.º 18/2019:

“Considerando que:

Fernando Manuel Martins Duarte, NIF 204970245, apresentou uma candidatura para a alienação dos Lotes 11A e 12A, sitos no Parque Empresarial do Caramelo - Figueiró dos Vinhos identificados respetivamente com artigo matricial U-5263 da UF de Figueiró dos Vinhos e Bairradas e descrito na Conservatória do Registo Predial de Figueiró dos Vinhos sob o n.º 8400/20120628 e com o artigo matricial U-5264 da UF de Figueiró dos Vinhos e Bairradas e descrito na Conservatória do Registo Predial de Figueiró dos Vinhos sob o n.º 8401/20120628 nos termos do previsto no artigo 7.º do Regulamento do Programa de Apoio ao Investimento, e a isenção de taxas urbanísticas e administrativas. _____

De acordo com o Relatório da Comissão de Acompanhamento, datado de 23 de janeiro de 2019, deverá a respetiva candidatura ser aprovada, concedendo à mesma a classificação qualitativa de “Bom”, correspondendo ao preço calculado com a bonificação de 30% do valor do lote, de acordo com a alínea b) do n.º 4 do artigo 51.º do mesmo Regulamento e ainda a isenção parcial de 50% no valor das taxas urbanísticas e administrativas em todos os pedidos que sejam requeridos no âmbito desta atividade empresarial. _____

Nestes termos, _____

PROPOMOS que a Câmara Municipal, pelos motivos acima expostos delibere pela aprovação da candidatura apresentada, desencadeando-se os procedimentos subsequentes a alienação dos Lotes 11A e 12A, sitos no Parque Empresarial do Caramelo - Figueiró dos Vinhos a Fernando Manuel Martins Duarte, NIF 204970245, aceitando a classificação de “BOM” emitida pela Comissão de Acompanhamento sendo a alienação efetuada pelo valor de 1204 euros resultante da concessão de um benefício de 516 euros, correspondente ao preço calculado com a bonificação de 30% do valor de cada um dos lotes, respetivamente o Lote 11A no valor de alienação de 602 euros e um benefício financeiro atribuído de 258 euros e o Lote 12A no valor de alienação de 602 euros e um benefício financeiro atribuído de 258 euros. _____

PROPOMOS ainda a aprovação da isenção parcial de 50% no valor das taxas urbanísticas e administrativas em todos os pedidos que sejam requeridos no âmbito desta atividade empresarial, nos termos do Relatório da Comissão de Acompanhamento datado de 23 de janeiro de 2019 bem como autorizar o Sr. Presidente a outorgar a documentação inerente ao respetivo processo, designadamente o correspondente contrato promessa de compra e venda e respetivo contrato de compra e venda”. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 30 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 03/2019)

6. UNIDADE ORGÂNICA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

6.1 ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS – EQUIPA DE INTERVENÇÃO PERMANENTE – CUSTOS COM OS VENCIMENTOS REFERENTE AO MÊS DE DEZEMBRO DE 2018 - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO EMITIDO

PELO SR. PRESIDENTE DATADO DE 25/01/2019: A Câmara Municipal face à Informação Interna n.º 17/SF/2018 datada de 25/01/2019 no valor de 1.859,18euros (mil oitocentos e cinquenta e nove euros e dezoito cêntimos), deliberou por unanimidade ratificar o Despacho do Senhor Presidente datado de 25/01/2019 relativo ao pagamento com os vencimentos do mês de dezembro de 2018, no valor de 1.859,18euros (mil oitocentos e cinquenta e nove euros e dezoito cêntimos). _____

6.2 PINHAIS DO ZÊZERE – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO – MEDIDA CONTRATO EMPREGO – INSERÇÃO DE DIVERSOS TRABALHADORES, REFERENTE AOS MESES DE AGOSTO, SETEMBRO, OUTUBRO, NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2018:

Sobre este assunto foi presente a seguinte Informação Interna n.º 15/SF/2019, datada de 23/01/2019, no valor de 7.025,92 euros (sete mil e vinte e cinco euros e noventa e dois cêntimos). _____

O Senhor Vereador Engenheiro Filipe Silva, relativamente a este ponto, apresentou um documento que se transcreve na íntegra: _____

“Pinhais do Zêzere - Associação para o Desenvolvimento

Relativamente à Associação Pinhais do Zêzere continuamos a manter as dúvidas, que temos deixado exarado em ata, acerca deste assunto e que têm motivado o nosso voto contra desde que assumimos o mandato em outubro de 2017. _____

Não estão aqui em causa as pessoas que foram chamados para trabalhar e que querem, legitimamente, receber pelo seu trabalho no final de cada mês. O que está aqui em causa é a legalidade ou não desse pagamento.

Desde a primeira reunião, em 8 de novembro de 2017, data em que estes pagamentos começaram a vir à reunião de câmara que temos vindo a chamar a atenção da maioria do executivo para este assunto e para a necessidade de uma clarificação legal que fundamente o nosso conhecimento para o exercício de uma votação competente. _____

Às dúvidas que sempre tivemos colocam-se, agora, novas questões relativamente a esta matéria. Questões que têm sido levantadas na comunicação social nomeadamente no Jornal de Notícias de 10 de janeiro e 11 de

- ATA DA REUNIÃO DE 30 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 03/2019)

janeiro de 2019. Nesta última edição o Professor de Direito, João Pacheco Amorim, da Universidade do Porto, vai mais longe nomeadamente quando refere e cito” (as câmaras) utilizaram um mecanismo que formalmente tem cobertura, mas para atingir um fim que a lei não permite...”. _____

Face a esta e outras considerações, que são públicas, emitidas por este especialista em Direito urge que o executivo municipal procure junto das entidades competentes nomeadamente, Tribunal de Contas, IGF e CCDRC, um esclarecimento cabal e definitivo sobre toda esta problemática. _____

Regista-se que a informação interna 15/SF/2019 de 23.01.2019 presente a esta reunião refere apenas, assim e sem mais, despesas com o programa emprego – inserção 2018 e é omissa a qualquer outra especificação nomeadamente o nome e o número de pessoas abrangidas. _____

Enquanto isso se dúvidas tínhamos outras se lhes juntaram pelo que até que não sejam devidamente esclarecidas todas estas questões e sejamos elucidados no que diz respeito à necessidade de dispormos de toda a informação necessária e suficiente para fundamentar o nosso conhecimento para o exercício de uma votação competente e seja demonstrado por Entidade Competente para o efeito de que não existe qualquer ilicitude não podemos aprovar os referidos pagamentos. _____

Figueiró dos Vinhos, 30 de janeiro de 2019 _____

O Vereador

Luís Filipe Silva”

Depois destas considerações, **a Câmara Municipal** deliberou por maioria, quatro votos a favor dos Senhores Vereadores do Partido Socialista e Movimento Figueiró Independente e um voto contra do Senhor Vereador eleito pela Coligação do Partido Social Democrata/Partido Popular, aprovar o pagamento no valor total de 7.025,92 euros (sete mil e vinte e cinco euros e noventa e dois cêntimos), relativo à Medida Contrato Emprego-Inserção de diversos trabalhadores, dos meses de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2018. _____

6.3 ASSOCIAÇÃO CULTURAL E MUSICAL SINTONIA CONSEQUENTE – PEDIDO DE APOIO:

Presente um E-mail da Sintonia Consequente, a solicitar um apoio financeiro para fazer face às despesas, aquando o Concerto de Reis realizado no passado dia 6 de janeiro de 2019. _____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, em relação a este pedido de apoio no valor de 1.000,00 euros (mil euros) fez uma comparação ao pedido da APEMEA, ponto 6.5, que também solicita um apoio no valor de 550,00

- ATA DA REUNIÃO DE 30 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 03/2019)

euros, onde vai estar presente um grupo internacional de jovens músicos, devendo na sua opinião ser feita uma reflexão, na atribuição destes apoios. _____

A Sr.ª Vice-Presidente Dr.ª Marta Brás, informou o Sr. Vereador que cada caso é um caso, como é evidente o apoio é atribuído de acordo com o valor solicitado, adiantando, no entanto, que a Associação Sintonia Consequente presta, muitas vezes o seu apoio na realização das mais diversas atividades de outras entidades, nomeadamente assegurando o som e empréstimo de instrumentos, entre outros apoios, sem qualquer encargo para o Município, o que, inclusivamente, já aconteceu com a APEMEA. _____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, disse ficar satisfeito e esclarecido com as explicações que foram dadas, dando a sua anuência ao solicitado. _____

Depois destas considerações, **a Câmara Municipal** deliberou por unanimidade atribuir um subsídio no valor de 1.000,00 euros (mil euros). _____

6.4 AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS – PEDIDO DE APOIO PARA

AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO: Presente um E-mail do Agrupamento de Escolas, a solicitar apoio para aquisição de material didático para o Jardim de Infância e EB1 de Almofala, que consta de um kit química, microscópio, jogo de tabuleiro dos planetas, kit de ciências e jogo multibase. _____

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade atribuir um apoio financeiro no valor de 137,90 euros (cento e trinta e sete euros e noventa cêntimos). _____

6.5 APEMEA - ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DO ENSINO DA MÚSICA E OUTRAS ARTES –

PEDIDO DE SUBSÍDIO: A Câmara Municipal face à seguinte Informação Interna n.º 95/2019 emitida pela Técnica Superior Dr.ª Ivone Napoleão do Gabinete de Comunicação, Imagem e Organização de Eventos, deliberou por unanimidade atribuir um subsídio no valor de 550,00 euros (quinhentos e cinquenta euros)

Informação Interna n.º 95/2019:

“Na sequência da apresentação do projeto musical “Sounds to Gather” pela APEMEA – Associação Promotora do Ensino da Música e outras Artes. Coma proposta de realização de um concerto na Casa da

- ATA DA REUNIÃO DE 30 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 03/2019)

Cultura no próximo dia 18 de fevereiro, sugere-se a V.^a Ex.^a a atribuição de um subsídio de 550,00€ a esta associação para apoio na realização deste espetáculo com um grupo internacional de jovens músicos. Face à relevância cultural deste projeto, este apoio será importante para colmatar as despesas inerentes à organização do concerto, sugerindo-se ainda o pagamento das refeições dos músicos, no valor de 70,00€”. _____

6.6 PEDIDO DE SUBSÍDIO ANUAL

6.6.1 ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS – PEDIDO DE SUBSÍDIO PARA

O ANO DE 2019: A Câmara Municipal face à Informação Interna n.º 12/SF/2019 deliberou por unanimidade atribuir o subsídio anual para o ano de 2019, no valor de 7.387,00 euros (sete mil trezentos e oitenta e sete euros). _____

6.6.2 ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS - SECÇÃO VETERANOS “OS JOLAS” – PEDIDO DE SUBSÍDIO PARA O ANO DE 2019:

A Câmara Municipal face à Informação Interna n.º 13/SF/2019 deliberou por unanimidade atribuir o subsídio anual para o ano de 2019, no valor de 430,00 euros (quatrocentos e trinta euros). _____

6.6.3 ASSOCIAÇÃO AMIGA DOS ANIMAIS PEGADAS E BIGODES - PEDIDO DE SUBSÍDIO PARA OS ANOS DE 2016 E 2018:

A Câmara Municipal face à Informação Interna n.º 14/SF/2019 deliberou por unanimidade atribuir os subsídios dos anos de 2016 e 2018, no valor total de 858,00 euros (oitocentos e cinquenta e oito euros). _____

6.7 PEDIDO DE SUBSÍDIO CARNAVAL 2019

6.7.1 ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL AREGUENSE:

A Câmara Municipal face à Informação Interna n.º 16/SF/2019, e no seguimento do já deliberado para outras associações para a mesma finalidade, deliberou por unanimidade atribuir um subsídio no valor de 1.500,00 euros (mil e quinhentos euros). _____

6.7.2 JUNTA DE FREGUESIA DE CAMPELO: A Câmara Municipal no seguimento do já deliberado para outras associações para a mesma finalidade, deliberou por unanimidade atribuir um subsídio no valor de _____

- ATA DA REUNIÃO DE 30 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 03/2019)

1.500,00 euros (mil e quinhentos euros). _____

- ATA DA REUNIÃO DE 30 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 03/2019)

7. UNIDADE ORGÂNICA OBRAS MUNICIPAIS

7.1 AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA DA EMPREITADA: “BENEFICIAÇÃO EDIFÍCIO ANEXO AO ESTALEIRO MUNICIPAL”, ADJUDICATÁRIO: ODRAUDE, CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS

PÚBLICAS, LDA: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o Auto de Receção Definitiva da Empreitada referenciada. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 30 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 03/2019)

8. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO _____

- ATA DA REUNIÃO DE 30 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 03/2019)

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:

E não havendo mais assuntos a tratar nesta reunião, o Senhor Presidente declarou encerrada a mesma, eram dezoito horas e quarenta e cinco minutos. _____

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, que depois de considerada em conformidade com a minuta previamente elaborada e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim _____, na qualidade de Secretário que a redigi, subscrevi e igualmente assino, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. _____

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

O TÉCNICO SUPERIOR U.O.A.F.

- ATA DA REUNIÃO DE 30 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 03/2019)

- ATA DA REUNIÃO DE 30 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 03/2019)